

## **EDUCAÇÃO E SOCIEDADE: PERSPECTIVAS DE ESTUDO DO PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NA AMAZÔNIA EM CIDADES COM CARACTERÍSTICAS AGRÁRIAS**

Afonso Welliton de Sousa **NASCIMENTO**  
Universidade Federal do Pará  
afonsosn@ufpa.br

Edinéa Bandeira **RIBEIRO**  
Secretaria Estadual de Educação do Pará - SEDUC  
edineabr@ig.com.br

**Resumo:** *O texto faz uma reflexão sobre a importância do reconhecimento das dinâmicas constitutivas dos municípios e/ou das cidades com características agrárias, que são representativas dos valores, costumes e das injunções locais que os caracterizam, como elemento central para a compreensão das especificidades da Região Amazônica. Ao discorrer sobre o desenvolvimento e constituição dos conceitos de democracia e cidadania, indica os principais enfoques teóricos que permitem entender as noções de Estado, Educação e movimentos Sociais, para em seguida adentrar na ideia do município com dinâmicas do campo como palco de publicização de projetos globais que passam a incorporar as determinações próprias de seu mundo. A intenção principal é afirmar a necessidade de uma mentalidade que compreenda as políticas educacionais e sociais amazônicas a partir de expressões políticas, culturais, econômicas e sociais que lhes são inerentes.*

**Palavras-Chave** Políticas Públicas. Amazônia. Cidade Agrária.

**Resumen:** El texto es una reflexión sobre la importancia de reconocer la dinámica constitutivos de municipios y / o ciudades con características agrícolas que son representativos de los valores, las costumbres y los mandatos locales que caracterizan como un elemento clave para la comprensión de las características específicas de la región amazónica. Para hablar sobre el desarrollo y la formación de los conceptos de democracia y ciudadanía, indica los principales enfoques teóricos que nos permiten comprender el estado de las nociones, la educación y los movimientos sociales, a continuación, introduzca la idea municipio con la dinámica de los campos como etapa publicitación proyecto global, que ahora incorporan sus propias determinaciones de su mundo. La intención principal es afirmar la necesidad de una mentalidad que entienda la políticas educativas y sociales de Amazon expresiones políticas, culturales, sociales y económicos unidos a ellos.

**Palabras-clave:** Políticas públicas. Amazonas. la ciudad de la tierra.

## **Introdução**

Talvez para nós professores e estudantes de ciências sociais e educação na Amazônia o grande desafio resida no fato de que mesmo que se necessite refletir a realidade a partir de referenciais teóricos mais amplos, essa reflexão tem como elemento essencial características específicas as quais se fundam na dinâmica própria das injunções locais. A provocação é de sermos capazes de pensar a região em uma perspectiva cujo sentido nos aproxime o máximo possível das dinâmicas constitutivas do que poderíamos chamar de realidade amazônica.

Esse caminho deve trilhar em um horizonte que ponha em destaque os Municípios e/ou as Cidades com características agrárias, que de certo modo, representam valores, costumes e dinâmicas próprias das injunções locais. Constituem-se em meu entendimento em arenas de disputas que representam expressões políticas que envolvem não apenas os enfrentamentos partidários, mas simbolizam empoderamentos de classes ou de forças políticas que envolvem populações tradicionais, movimentos sociais urbanos e rurais, que irão efetivamente disputar a dinâmica do poder e exercer fortes influências nas dinâmicas institucionais, principalmente na educação em particular no Ensino Médio.

Neste sentido, o artigo como uma aproximação teórica, envolvendo as políticas públicas em educação na Amazônia, mais precisamente as voltadas ao Ensino Médio incrustadas nas cidades com características agrárias, Busca discorrer sobre o desenvolvimento e constituição dos conceitos de democracia e cidadania, indica os principais enfoques teóricos que permitem entender as noções de Estado, Educação e movimentos Sociais, para em seguida adentrar na ideia do município com característica agrária como palco de publicização de projetos globais que passam a incorporar as determinações próprias de seu mundo. A intenção principal é afirmar a necessidade de uma mentalidade que compreenda as políticas educacionais e sociais amazônicas a partir de expressões políticas, culturais, econômicas e sociais a elas inerentes.

**I**

Neste sentido, pensar o conceito de democracia e/ou cidadania, manifesto nas formas de relações de poder, e na ação política cidadã de conquista de espaço de bem estar social, nos coloca como ponto de partida, tomar como locus próprio de análise o município, não um único município, mas uma rede identificada por características aproximadas numa ação constitutiva do que se pode chamar de território, no sentido de uma microrregião ou de um local, como diria Fischer(2002, p.12)

Se o local refere-se a um âmbito espacial delimitado e pode ser identificado como base, território, microrregião – podendo ainda ser indicado por outras designações que sugerem constância ou uma certa inércia – contém igualmente, o sentido de espaço abstrato de relações sociais que se quer privilegiar e, portanto, indica movimento e interação de grupos sociais que se articulam e se põem em torno de interesse comuns.

Por outro lado, por mais que os mesmos se constituam em uma estrutura formal do estado, trazem em si dinâmicas constitutivas representativas não só de valores e costumes tradicionais das populações que neles habitam como possuem injunções locais que dão características próprias às formas de ação política e de poder dos diversos agentes sociais que os compõem.

Assim sendo, a novidade das teorias sociais contemporâneas, influenciadas pelas transformações sociais do final do século passado e início do século XXI pôs para nós educadores e estudantes que acreditamos em formas alternativas de existência, a necessidade de pensarmos as possibilidades humanas não apenas nas teorias que se fundamentam em uma mentalidade transformadora, centrada nos princípios iluministas do século XIX, mas de podermos compreender a dinâmica social de resistência a partir de locus que apontem mentalidades locais, porém que possibilitem um entendimento também de formas mais globalizantes, capazes, portanto, de traduzirem os fenômenos totalizantes sem perderem suas características própria de existência, como diria Santos(1995, p. 20)

Contudo, e aparentemente em contradição com a tendência, assiste-se a um desabrochar de novas identidades regionais e locais alicerçadas numa revalorização do direito às raízes (em contraposição com o direito à escolha). Este localismo, simultaneamente novo e antigo, outrora

considerado pré-moderno e hoje em dia reclassificado como pós-moderno, é com frequência adaptado por grupos de indivíduos “translocalizados”(…) não podendo por isso ser explicado por um *genius loci*, isto é, por um sentido de lugar específico. Contudo, assenta sempre na idéia de território, seja ele imaginário ou simbólico, real ou hiper-real.

É nessa perspectiva que se assenta o olhar sobre os municípios e/ou cidades com características agrárias, ou uma microrregião: um *lócus* não apenas componente da esfera pública estatal, mas como um espaço, um território, composto por homens e mulheres que vivem e refletem dinâmicas características de seu cotidiano, produzindo formas de existência, de resistências e de democracia traduzidas nos poderes que se constituem na construção de bem estar e de hegemonias sociais alternativas.

Assim, se é verdade que se pode tomar como referência o município, ou seja, um *lócus* privilegiado a possibilitar o entendimento de formas alternativas de existência e de democracias, por outro lado isto vai nos exigir uma reflexão que avance caracteristicamente sobre as relações estabelecidas nesse espaço, isto é, de buscar compreender como se dão as formas de disputas pelo poder ou da formação do que poderíamos chamar de construção de hegemonias sociais ou de constituições de autoridades políticas, as quais disputam não apenas a esfera do domínio dos governos, mas que ao mesmo tempo, alternativamente, conquistam espaços legítimos de representação política bem como apontam saídas de conquistas sociais através de demandas locais com os governos municipais e/ou através de políticas públicas com governos regionais, governo federal ou de financiamentos com ONGs e organismos internacionais.

Na verdade, essa reflexão nos remete a busca de entendimento de como na contemporaneidade vem desenvolvendo as relações na dinâmica do estado, da economia e da sociedade ou, mais caracteristicamente, a reflexão sobre a perspectiva do desenvolvimento do conceito de democracia, ou seja, das relações que se estabelecem na dinâmica do poder político e na constituição do caráter próprio do conceito de cidadania.

Destarte, a modernidade, parafraseando a linguagem harendtiana de mundo, trouxe em si a efetiva superação do fosso constituinte existente que havia na antiguidade grega e se perfazia na idade média, o qual separava as esferas próprias do mundo público das do mundo privado, transformando a atualidade na primazia efetiva do social na qual a ação

específica do público envolve-se caracteristicamente pelas influências dos ditames econômicos, próprios do grande lar moderno. De uma nação, do Estado moderno administrativo.

Essa concepção se expressa inclusive na forma da ação política na atualidade, em que as necessidades do mundo da economia influenciam tanto nas decisões características das políticas de estado como nas ações individuais específicas que caracterizam o desenvolvimento do conceito de cidadania.

De certo modo, esse ambiente da segunda metade do século passado se assentou na dinâmica de uma compreensão de cidadania que se pautou na construção de mundo de duas concepções latentes que influenciaram tanto o conceito de democracia como efetivamente a visão do sujeito cidadão da atualidade e de Estado.

O primeiro, no pensamento liberal clássico de democracia fundamentado na mentalidade de um estado de direito cuja a concepção se estrutura, pelo que a teoria política chama de democracia representativa, isto é, o caráter de um cidadão expresso por meio do voto e/ou do direito de votar e ser votado, ou mesmo no âmbito do cotidiano da garantia dos direitos de igualdade jurídica estabelecida pelas regras liberais clássicas definidas pela lógica do mercado e do contrato social. Como afirma Boaventura de Sousa Santos (1995, p 22),

O Estado, sendo embora um sujeito monumental, visa tão-só garantir a segurança da vida (Hobbes) e da propriedade (Locke) dos indivíduos na prossecução privada dos interesses particulares segundo as regras próprias e naturais da propriedade e do mercado, isto é, da sociedade civil. Sendo os cidadãos livres e autônomos, o poder do Estado só pode assentar no consentimento deles e a obediência que lhe é devida só pode resultar de uma obrigação auto-assumida, isto é, do contrato social.

De outro lado, a segunda concepção se assenta no princípio do mundo trabalho, na ênfase dada pelo pensamento Marxiano, da auto-atividade constitutiva de um mundo urbano-industrial centrado no caráter da plena realização humana conquistada através da possibilidade do labor como princípio universalizante do gênero e da espécie humana. Portanto do desenvolvimento do progresso científico e do avanço das forças produtivas técnicas e psicológicas da modernidade socialista. Assim, a qualidade da democracia e/ou da cidadania não se expressaria apenas na igualdade jurídica, mas acima de tudo, no

usufruto efetivo das riquezas produzidas pela humanidade, ou seja, na superação da desigualdade econômica, como também na expressão do trabalho como agente fundante da modernidade alternativa. Como Marx afirma,

A indústria é a relação histórica efetiva da natureza, e por isso da ciência natural, com o homem; por isso, ao concebê-la como desvelamento esotérico das forças humanas essenciais, compreende-se também a essência humana da natureza ou a essência natural do homem (MARX, 1980, p.20)

E mais adiante, acrescenta,

como para o homem socialista toda assim chamada história universal nada mais é do que a produção do homem pelo trabalho humano, o vir-a-ser da natureza para o homem tem assim a prova evidente, irrefutável, de seu nascimento de si mesmo, de seu processo de origem. (MARX,1980, p.21)

Assim, potencialmente essas concepções determinarão o processo de desenvolvimento civilizatório da modernidade no Século XX, tanto no que diz respeito à mentalidade das teorias sociológicas sobre o processo de democracia, como também sob os seus olhares na dimensão da cidadania; do mesmo modo que irão determinar os modelos de compreensão do papel do Estado no desenvolvimento da sociedade.

Tanto nos Estados Socialistas Soviéticos quanto no Estado de Providência Europeu; ou ainda no New Deal Norte Americano e no Estado desenvolvimentista da América Latina, os principais agentes da modernidade urbano-industrial - trabalho, capital e mercado – dariam a tônica da organização do estado e sua relação com a sociedade, assim como, os movimentos sociais de resistência incorporarão essas mentalidades para refrearem o afã do mercado e garantirem cidadania e espaço nas democracias, para além da igualdade jurídica, com a participação efetiva no processo de partilha das riquezas produzidas pelo desenvolvimento humano.

Na verdade, apesar dos conflitos e processos de dominação econômica estabelecidas pelo modelo capitalista de produção, essas concepções deram um alento efetivo e identidade às dinâmicas de construção da democracia e do conceito de cidadania. Na sociedade contemporânea, as conquistas do mundo do trabalho e suas regulamentações, a efetivação da seguridade social e do reconhecimento de direitos inalienáveis aos seres humanos – como saúde, educação e trabalho - potencializaram de certa forma, as

resistências e conquistas não apenas no mundo do trabalho urbano-industrial, mas motivaram elementos de cidadania também em outras esferas das dinâmicas sociais. Como diria Bobbio (1992) refletindo sobre a constituição do direito universal da pessoa humana,

Como todos sabem, o desenvolvimento dos direitos do homem passou por três fases: num primeiro momento, afirmaram-se o direito de liberdade, isto é, todos os direitos que tendem a limitar o poder do Estado e a reservar para o indivíduo, ou para os grupos particulares, uma esfera de liberdade em relação ao Estado; num segundo momento, foram propugnados os direitos político, os quais – concebendo a liberdade não apenas negativamente, como não-impedimento, mas positivamente, como autonomia – tiveram como consequência a participação cada vez mais ampla, generalizada e frequente dos membros de uma comunidade no poder político (ou liberdade no Estado); finalmente, foram proclamados os direitos sociais, que expressam o amadurecimento de novas exigências – podemos mesmo dizer, de novos valores – como o bem estar e da igualdade não apenas formal, e que poderíamos chamar de liberdade através ou por meio do Estado.

Portanto, para o que nos propomos estudar serão estes elementos teóricos preliminarmente darão, o entendimento dos aspectos que envolvem a dinâmica dos conceitos de Estado, Educação e Movimentos Sociais na Amazônia, pois, diferentemente das análises os quais incorporam esses conceitos como análise sistêmica global, buscamos neste momento compreendê-los a partir das esferas singulares ou locais como acima descrevemos. Tais elementos favorecem a compreensão das injunções dos espaços que definem a realidade dos fenômenos das políticas em educação, do envolvimento do movimento social e das características das arenas que são construídas no processo de participação política: seja nos aspectos partidários como na construção da cidadania efetiva.

## II

Essa reflexão torna-se relevante por ela mudar o enfoque de se pensar os conceitos de Estado, Educação e Movimentos Sociais, pois os localiza em um território composto de arenas, no qual estão incorporados desde os agentes que representam as instâncias institucionais dos governos - como o papel que a educação e/ou escola ocupam nesses espaços – até os dos movimentos sociais, significando injunções próprias de conjunturas de

poder que simbolizam conflitos, empoderamentos, participações que constituem o caráter da democracia e representações políticas nesse ambiente.

Assim pensar a educação e/ou as instâncias institucionais do Estado nesse *lócus*, é compreender que para além das políticas públicas que simbolizam os investimentos econômicos, de saber e de infra-estrutura, eles determinam empoderamentos sociais de agentes que representam poderes políticos ou hegemonia de grupos ou frações de classes sociais locais. Ou seja, um Secretário de Educação, um Coordenador Regional de Ensino, bem como um Diretor de escola, significam ou representam tanto poderes de representação política e indicam resoluções de demandas sociais apresentadas a serem solucionadas pelo Estado.

Da mesma forma, a compreensão das ações educacionais em si está para além do simples repasse de conhecimento. No olhar dos indivíduos, elas significam possibilidades econômicas, status e, acima de tudo apropriação de cidadania, reconhecimento e ocupação de espaço político, bem como conquistas efetivas de bem estar social.

Tal percepção torna assim o papel da escola de Ensino Médio nesse espaço, como elemento fomentador tanto de possibilidade de ascensão social, respondendo ao anseio individual por elevação de conhecimento e perspectiva de vida, incluindo também a mentalidade de incorporar em seu conteúdo de formação a dinâmica do trabalho e da cultura local. Pondo, assim no conceito de desenvolvimento, para além das conquistas econômicas, o caráter da sustentabilidade como garantia da tradição cultural e dos rearranjos produtivos.

O município então, como esse território de encontro, de desenvolvimento de política e construção de cidadania, torna-se o referencial para que seja possível compreender a especificidade da dinâmica social da Amazônia. Ele serve de expressão do urbano e do rural, do sujeito da cidade e do campo, de homens e mulheres os quais fundam sua existência e constroem um processo de vida e política na expressão de Feltran (2005). Portanto, como arena de publicização de projetos e constituições de hegemonias que conformam anseios e, transformam projetos globais em dinâmicas próprias de populações e comunidades locais.

É neste contexto que se colocam os desafios das políticas públicas desenvolvidas pelo Estado seja pela esfera federal, estadual e/ou municipal. Em geral seus objetivos respondem muito mais aos ditames das diretrizes globais do que às necessidades regionais, o que os tornam inócuos, pois a forma como são pensadas as ações públicas nos sistemas de ensino passam ao largo dos anseios e desafios das populações autóctones.

Neste enfoque as políticas voltadas para educação, em especial no Ensino Médio, bem como, o caráter do ensino profissionalizante, está muito mais incorporado aos princípios definidos pelas necessidades do grande capital e da globalização econômica, do que respondendo ao desenvolvimento regional e seus arranjos produtivos locais. Os aspectos da cultura globalizante suplantam fortemente os elementos das culturas tradicionais deixando um vácuo na forma e no conteúdo da formação de homens e mulheres que habitam estes espaços.

Na verdade, o verificado no âmbito das políticas públicas em educação voltadas para o sistema de ensino são diretrizes e programas que se fundam em princípios norteadores de uma mentalidade centrada em um mundo urbano e industrial, que incorporam a formação dos indivíduos voltada ao comércio e formação de mão de obras para os grandes empreendimentos industriais, deixando ao largo o universo cultural e o mundo do trabalho regional. Ou então definem processos formativos que se pautam em uma formação propedêutica de cultura geral os quais constroem uma visão de mundo distante do universo dos sujeitos habitantes desse território.

Portanto, cabe a referência de começarmos a olhar a escola e o universo educacional a partir desse enfoque, tomando o lugar e as expressões locais como fundamento das ações educacionais, ou seja, mesmo que os currículos tenham em princípio, a unidade nacional e os ditames da economia global, eles precisam efetivamente referenciar o mundo próprio dos sujeitos que vivem e residem em outra dinâmica social, e que sejam capazes de dialogar e refletirem as necessidades apontadas no universo amazônico.

Cabendo então ao Estado e ao Município, superar esses ditames que até hoje norteiam os fundamentos das ações econômicas e educacionais as quais perpassam as cidades com características urbanas e agrárias, dando ao processo de desenvolvimento das políticas sociais a ênfase nos princípios e nos conteúdos que reflitam as condições de

desenvolvimento local, dialogando, portanto, com os agentes que fundam outros sentidos e que constroem a partir das práticas cotidianas sentidos outros para as políticas públicas e sociais.

Assim, há necessidade premente de uma nova mentalidade que conceba o papel do Estado e da educação a partir de um *locus* que possibilite a constituição de arenas políticas bem como e expressão da cultura e dos processos econômicos e do mundo do trabalho próprios da vida e existência das populações amazônicas.

### III

Neste sentido, como complemento importante de entendimento deste lugar como espaço e como arena de ação política - para além do estado e da educação - é a presença do Movimento social como elemento de formação política e de cidadania. Os movimentos não como simples entidades organizadas que se envolvem somente em atividades reivindicatórias de demandas sociais imediatas, mas como campo político de expressão de vida e de ação constitutivas e de criação de espaços públicos. Como diria Feltran (2005, p.346), a partir de suas análises do papel do movimento sociais nos dias atuais:

É portanto, nos trânsitos entre essas dimensões da vida humana que se localizam as lutas dos movimentos sociais hoje, como ontem, e nesses trânsitos é que aparecem estar situadas as pressuposições que lhes conferem estatuto político. Entender esses espaços é, por tudo isso, apostar na contribuição dos movimentos sociais na necessária construção de uma democracia mais profunda nas sociedades.

Embora a citação não esteja vinculada ao universo que estamos analisando, ela serve de suporte para compreender o papel que ocupa os movimentos sociais no que estamos chamando de município e/ou território amazônico.

Neste lugar, eles se constituem, para além das demandas das comunidades tradicionais, em uma força política representativa de disputa pelo poder político. Trazem consigo em sua ação cotidiana a representação de setores e comunidades locais que responde a uma posição partidária de conquista do poder de Estado, tornando-se uma segunda força política, no qual seu envolvimento marca projetos alternativos de setores e classes sociais: são é a expressão de ribeirinhos, quilombolas, camponeses e professores das

redes públicas estaduais e municipais, como agentes partidários que votam e se colocam como alternativa do poder local: prefeitos, vereadores, secretários, diretores etc.

São forças as quais se representam pelo espaço que ocupam na arena pública, pois, além dos embates de criação de vozes permanentes de conquistas no estado de direito e cidadania efetiva, tornam-se então, construtores de contra-hegemonias sociais no sentido e expressão gramsciniana (1989): de intelectuais orgânicos e construtores de um novo bloco histórico. Neste sentido, ocupam posição essencial no entendimento da dinâmica da educação e das políticas públicas desenvolvidas pelo estado nas suas diversas formas de instâncias de poder. No município o Movimento social responde a um papel preponderante: simboliza olhares que diferem da mentalidade globalizante industrial urbana prevalecente.

Os Movimentos também apontam agenda de desenvolvimento que se articulam com os arranjos produtivos locais, mostrando aspectos diversos da cultura e da expressão das populações tradicionais, ao mesmo tempo, que pontuam as possibilidades e a cotidianidade do que significa a realização da cidadania alternativa, pondo em visualização a vida, os desejos e as lutas das comunidades por um processo de desenvolvimento centrado na cultura e na sustentabilidade do local.

Portanto, no entendimento do texto o papel do Estado e da Educação na Amazônia passa pela necessidade de aproximação das realidades locais, das arenas que se constituem nos municípios ou nos lugares de expressão política. As políticas públicas, a gestão social, correspondem não apenas aos objetivos globais e de políticas de Estado, mas envolve-se em uma dinâmica que pressupõem poderes, lugares, interesses e formas de vida alternativas; de homens e mulheres os quais pensam e se envolvem na política como forma e expressão pública. Portanto, o município se mostra como lócus ou lugar possível de compreensão da dinâmica Amazônica.

### **Conclusão**

Embora sejam reflexões preliminares, procuramos apontar neste artigo a necessidade tida por nós de olhar a Amazônia a partir de um novo enfoque, talvez não metodológico por exigir maior aprofundamento bibliográfico, mas por outra perspectiva

teórica que nos torne capazes de estudá-la tomando como referência o local, ou compreendê-la como um território que se constitui como arena de homem e mulheres que em seu cotidiano expressam vida, estabelecem poderes, fundam projetos característicos de seu universo de cultura de mundo e de trabalho, tomando o município ou a cidade com dinâmicas agrárias como referência e expressão da cultura Amazônica: de quilombolas, camponeses, pescadores e outros.

Neste sentido, três razões apontam para a necessidade desse novo olhar. A primeira delas reside de se pensar o papel do estado e/ou de suas instâncias de poder envolvidos na teia própria do que chamamos município. Pois cada espaço, cada função de gestão é expressão de poderes e refletem a conjuntura política de projetos que se conflitam, em que os sujeitos envolvidos nesse ambiente determinam ações públicas, constroem empoderamentos e fundam processos de cidadania.

Portanto, necessitamos de um novo olhar nas definições das políticas públicas implementadas pelo Estado, pois para além dos sentidos globais que estruturam as diretrizes nacionais, devem refletir em sua perspectiva de desenvolvimento o universo político, as demandas sociais e as injunções locais as quais determinam cultura e arranjos produtivos próprios de homens e mulheres que habitam esse espaço.

Esta perspectiva então, nos leva a segunda razão desse artigo, da importância de se compreender o papel das políticas educacionais do Ensino Médio nesse universo econômico e político que é Amazônia. Pois tradicionalmente, os princípios que norteiam essas políticas têm como objetivo as dinâmicas globais de um mundo urbano-industrial. Que estruturam ações educacionais - seja no ensino fundamental e médio, bem como no profissionalizante - dinâmicas distantes da cultura e do universo econômico que envolve as populações tradicionais da Amazônia. Tornando assim, suas metas e seus objetivos inócuos, fora das reais necessidades regionais.

É o que se verifica nos sistemas públicos de ensino: de um lado uma formação propedêutica de cultura geral e de outro, no ensino profissionalizante, perspectiva científica e tecnológica fora dos rearranjos produtivos locais. Portanto, necessitamos urgentemente diagnosticar tais realidades e dar ao desenvolvimento das políticas públicas sentidos próprios, inseridos na cultura e no desenvolvimento econômico-social local.

A terceira razão, se expressa na necessidade, de se articular outra compreensão que envolva na Amazônia, o papel do estado, da educação e dos movimentos sociais. Ou seja, de compreendê-los em uma arena pública local, que envolve poderes, empoderamentos e formas alternativas de concepção de desenvolvimento social e econômico.

Destarte, os movimentos sociais, para além de seu papel de ações reivindicatórias, exercem nesse espaço que é o município, força política de construção de hegemonias. Seja na participação partidária da política local, em que se meus membros disputam a governância do poder local, seja estabelecendo outra ótica no papel do desenvolvimento das políticas públicas. Pondo em pauta, tanto na educação como na concepção de desenvolvimento econômico e social, a cultura e os arranjos produtivos locais. Pensando outra base para o desenvolvimento regional, que seja: a sustentabilidade cidadã das populações tradicionais da região.

Assim pensar, a partir do município outra forma possível de compreender a Amazônia e as suas características regionais.

### **Referências**

ARENDDT, Hannah. *A Condição Humana*; trad. Roberto Raposo; posfácio de Celso Lafer – 5ed – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991

BOBBIO, Norbert. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Editora Campus Ltda, 1992

FICHER, Tânia. *Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais*. São Paulo: Editora Casa da Qualidade, 2002

GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da cultura*. 7ªed Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989

FELTRAN, Gabriel de Santis. *Desvelar a Política na Periferia: história de movimentos sociais em São Paulo*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp, 2005

MARX, Karl. *Manuscrito Econômico-Filosófico*. São Paulo: Nova Cultural, 1980

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Globalização e as Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995